

Parente descarta Imposto Verde

A proposta de substituição do aumento da CPMF pela criação do Imposto Verde, que prevê o aumento de R\$ 0,40 sobre o litro da gasolina, foi descartada ontem pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e pelo secretário executivo do ministério da Fazenda, Pedro Parente. Eles participaram da reunião com os líderes aliados do Congresso no Ministério da Previdência. O argumento usado é o de que o Governo não arrecadaria com o Imposto Verde nem a metade do que se pretende conseguir com a CPMF.

A proposta do Imposto Verde foi feita para substituir o aumento da alíquota da contribuição, já que há resistências no Congresso à cobrança de 0,38%. Os deputados estariam dispostos a aprovar no máximo uma alíquota de 0,30%. De acordo com o relato do líder do Governo José Roberto Arruda, o ministro Padilha teria afirmado que os 0,08% da CPMF arrecada mais que todo o Imposto Verde.

"O Imposto Verde acabou", afirmou o líder do PTB na Câmara, Paulo Heslander (MG). Segundo o deputado, foi explicado que o imposto não teria o impacto financeiro desejado pelo Governo. Os líderes também apresentaram na reunião a dificuldade de se ini-

ciar a tramitação de uma nova proposta.

Troca

O secretário Pedro Parente, segundo explicou o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), não discutiu a substituição porque prefere manter a proposta da CPMF. "O Governo apresentou um pacote que tem uma lógica interna, com efeitos determinados. Os 0,08% dá R\$ 3,2 bilhões ao ano. O Governo não quer discutir troca de tributos", garantiu.

A discussão da CPMF está correndo paralela à negociação das votações das medidas provisórias. Os líderes ainda não sabem qual será o caminho regimental para se propor a prorrogação e o aumento da alíquota, que hoje é de 0,20%. A assessoria da Presidência da Câmara até agora, dispõe apenas de duas hipóteses. Para que a emenda tramite na Câmara, aproveitando as propostas existentes, a prorrogação seria de cinco anos e não de dois como propõe o Governo.

Perda

A maior dificuldade, no entanto, é a vinculação dos recursos com a saúde. Pela proposta a ser

aproveitada, os recursos da contribuição iriam para a Pasta, mas o Ministério perderia os outros repasses. Nessa caso, os recursos para a área diminuiriam de R\$ 20 bilhões para R\$ 13 bilhões. A restrição se dá porque as três propostas que tratam do assunto estão em uma fase de tramitação que não permite mais emendas modificativas.

A segunda opção continua sendo a proposta de emenda constitucional que tramita no Senado. Como as regras nas duas Casas são diferentes, a emenda dos senadores poderia ser modificada e adequada às propostas do Governo. O obstáculo, então, passa a ser o prazo que teria de ser usado para a tramitação na Câmara depois do Senado.

Na avaliação de Madeira, seriam necessários dois meses somente na Câmara e o Governo precisa aprovar a emenda até 31 de janeiro, quando vence o prazo para a cobrança em vigor. Além da forma de tramitação os aliados estão buscando uma fórmula de encurtar o prazo de 90 dias estipulado a entrada em vigor de qualquer contribuição. Segundo o líder, ainda não há definição e tudo não passa de especulação. (G.M.)